

# Barragem da Iberdrola vai inundar reserva potencial de lítio

Investigadores pedem acesso urgente à zona das Covas do Barroso, para poderem intensificar estudos da jazida. Responsável do LNEG alerta para o desprezo pelos recursos minerais

**Recursos minerais**  
Luísa Pinto

A existência de "filões apiltopegmatíticos intrusivos nas formações metasedimentares com espessura de petalite, eucrite e lepidolite" na zona das Covas do Barroso está reconhecida há dezenas de anos e tem vindo a ser documentada e estudada pelo menos desde o início da década de 90. Se para o cortum cidadão esta sucessão de palavras remete para aulas longínquas de física e química ou para termos parecidos ao que se ouvia falar nos filmes do super-homem, quem percebe de geologia e mineralogia sabe que estas palavras querem dizer lítio.

Numa altura em que a procura por este material tem crescido em todo o mundo, nomeadamente por causa da sua utilização na construção de baterias de iões de lítio para os veículos eléctricos, a Iberdrola, que ganhou o concurso para a construção e exploração do sistema electroprodutor do Tâmega, está actualmente a preparar o terreno para inundar aquele que é apontado como uma das maiores jazidas deste minério.

Este é, apenas, o exemplo mais ístvel dos aspectos negativos que foram identificados pelo Grupo de Trabalho do Lítio (GT), quando estudou o potencial deste minério em Portugal e entregou ao secretário de Estado da Energia aquele que pode ser um guia para o desenvolvimento de uma estratégia com vista a dinamizar este sector em Portugal. Na análise SWOT (vantagens e desvantagens), em que elencou os riscos e as oportunidades para essa estratégia, o GT incluiu na coluna das ameaças a esterilização de importantes recursos minerais litíferos, devido a decisões erradas em políticas e planos de ordenamento do território.

É no campo apiltopegmatítico Barroso-Alvão que se encontram em Portugal as maiores reservas de petalite espodumena. Só em dois filões son-

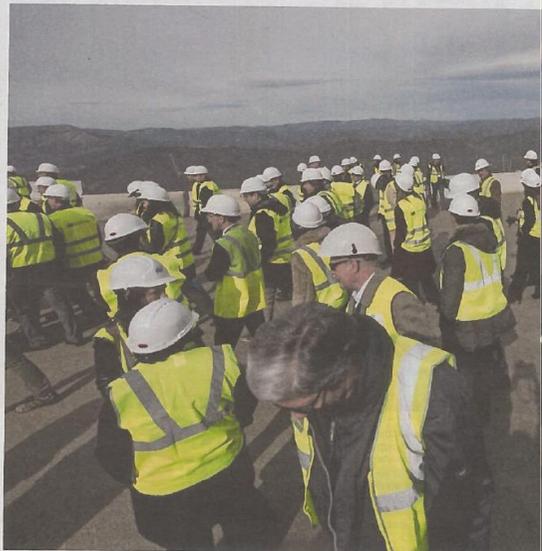
dados pelo então Instituto Geológico e Mineiro estão assinadas mais de meio milhão de toneladas com teores largamente superiores a 1% de óxido de lítio e, com esse mesmo teor médio de concentração, está inferida a existência de 14 milhões de toneladas de minério litífero.

Alexandre Lima, professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, que tem vindo a estudar a região (e é, por isso, um dos que contribuíram, com a entrega de dados, para a realização do relatório do GT), recorda que a Iberdrola tem conhecimento desse facto. Este professor apresentou uma reclamação à Agência Portuguesa do Ambiente, que é quem estava a conduzir o processo de Declaração de Impacto Ambiental e a analisar o Relatório de Conformidade ao Projecto de Execução (Recape).

Nessa reclamação, consultada pelo PÚBLICO, Alexandre Lima e Fernando Noronha escrevem que a "inundação destes filões de lítio ou o seu contacto com águas de infiltração de futuras albufeiras terá implicações na sua conservação", durante os 70 anos de concessão destas barragens à Iberdrola. "Apesar de pouco solúveis, os minerais de lítio são sensíveis a águas de pH ácido. Este factor, para além de contribuir para o empobrecimento destes filões e pôr em causa a sua viabilidade económica, pode pôr ainda em causa a utilização das águas para consumo humano. O estudo destas implicações encontra-se por fazer neste Estado de Impacto Ambiental", lê-se na reclamação.

Também a Felmica, empresa que há vários anos tem concessões mineiras na zona do Barroso e Alvão e faz extração desse material para o utilizar na indústria cerâmica e vidreira, enviou em documentos a forma como a anunciada concessão da barragem se sobrepõe às já existentes concessões mineiras.

Alexandre Lima acredita que "ainda nem tudo está perdido". "A albufeira ainda não cheur", recorda.



**A inundação no Tâmega é um dos aspectos negativos identificados pelo Grupo de Trabalho do Lítio que estudou o potencial deste minério em Portugal a pedido do Governo**

Mas mostrando não acreditar que seja fácil impedir a construção de uma barragem por causa dos custos que isso acarretaria, apresenta outras soluções: "Queremos continuar a ter acesso ao local para poder continuar a aprofundar os estudos, é urgente que se conheça melhor os filões. Nós já andamos nos terrenos a estudar a zona há vários anos", recorda. Mas o regime de protecção da albufeira da barragem em construção impossibilita trabalhos de prospeção num raio de cinco quilómetros da futura albufeira.

É com essa urgência em mente que a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto se candidatou, juntamente com parceiros internacionais, a financiamentos europeus e do Portugal 2020 através da FCT

para avançar com vários estudos dados dos afloramentos rochosos ainda rejeitados do enchimento. "A intenção é recorrer a várias novas tecnologias tais como, por exemplo através de drone. Seriam, haja sensores de captação óptica invólucro e espectral, para poder ajudar-nos a identificar Portugal e, portanto, europeu tão a falar de recursos e da necessidade de haver dimensão e escala destes recursos de lítio para que a sua exploração seja economicamente viável", argumenta.

Foi também essa escala que o GT referiu no já mencionado relatório, quando também incluiu nas "ameaças" no potencial do lítio em Portugal a importância de haver cooperação entre os vários projectos de exploração – só no último ano de 2016 entraram 37 novos projectos de



A espanhola Iberdrola ganhou a construção do complexo de barragens localizado no Tâmega

## "Ninguém esteve distraído"

Por que é que se aprova a construção de uma barragem em cima de filões de elevado potencial para futura extração de lítio? "Ninguém esteve distraído", limita-se a comentar, a pedido do PÚBLICO, o vice-presidente do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), Machado Leite.

O LNEG é o organismo que sucede ao antigo Instituto Geológico e Mineiro e continua a ser a entidade responsável pela cartografia e pelo conhecimento dos recursos minerais e geológicos do país. Integra também a Comissão de Avaliação, o organismo dentro da comissão de acompanhamento da conformidade do projecto de execução com a declaração de impacto ambiental dos aproveitamentos hidroeléctricos de Gouveães, Alto Tâmega e Daivões. Mas os pareceres do LNEG não são vinculativos.

É, ao contrário dos recursos de fauna e de flora, e dos territórios incluídos em reservas nacionais agrícolas ou ecológicas, não há regime de protecção a prevenir a ocupação ou utilização desses recursos. Assim, "é possível desviar uma autoestrada por causa de uma alcatéia de lobos ou impor a construção de ninhos para morcegos para garantir a sua continuidade noutro local após uma construção. Mas não há nada que regulamente o que pode e o que não pode ser feito quando em causa estão recursos mineralógicos – que também são recursos naturais. Não há forma de defender o acesso aos recursos minerais porque não existe uma área de 'servidão' associada", explica o vice-presidente do LNEG.

A directora-geral de Ordenamento do Território, Fernanda do Carmo, explicou recentemente, num debate sobre a importância da cartografia geológica para o desenvolvimento sustentável do território, realizado em Tomar, que as decisões sobre o ordenamento do território têm sempre de ser ponderadas. É que o valor económico que pode ser dado à utilização ou à preservação dos recursos é sempre um dos critérios utilizados.

Actualmente ninguém consegue quantificar qual é o valor económi-

37

Em 2016, entraram em organização do Estado, para avaliação, 37 novos projectos de prospeção e pesquisa de lítio em território nacional

co da jazida de lítio que existe na área de influência do Sistema Electroprodutor do Tâmega. E tal acontece não apenas porque a cotação do carbonato ou do hidróxido de lítio é variável nos mercados mundiais, mas também porque não há conhecimento suficiente acerca da própria jazida, nem uma avaliação estabilizada de quanto é que pode produzir, e a que preço. Isto porque são necessários estudos a maior profundidade e porque está longe de se estabilizar o desenvolvimento das tecnologias que permitem extrair o mineral e tratá-lo quimicamente para poder ser usado nas baterias de produção de lítio.

"O que posso dizer é que o laboratório do Estado tem estado a trabalhar no caminho certo, a fazer pesquisa, a investigar tecnologias. Se foi possível dar resposta ao pedido da tutela para organizar um trabalho em tão pouco tempo, é porque havia muito trabalho feito. E é trabalho que não se perde. Mas é necessário fazer muito mais", comentou Machado Leite.

Portugal tem um território geológico muito rico e, segundo Machado Leite, as instituições académicas e o laboratório do Estado conhecem-no relativamente bem. "Todavia, é preciso ir a maior profundidade, fazer trabalhos de geofísica mais funda".

Essa é a principal recomendação do grupo de trabalho que analisou o potencial do lítio em Portugal: desenvolver um programa de fomento mineiro destinado a avaliar os recursos minerais litíferos numa óptica de valorização total destes recursos sem produção de resíduos. A outra é a constituição de duas unidades tecnológicas, cada uma com metas distintas. A primeira, para criar uma unidade experimental para testar tecnologias para toda a cadeia de valorização de recursos – e aqui, acredita Machado Leite, cabe ao LNEG e às instituições universitárias fazer esse trabalho. A segunda, para fomentar a criação de uma unidade de demonstração, de carácter industrial, que só faz sentido se surgir pela iniciativa das empresas. Actualmente, andam muitas no terreno, cada uma a lutar por si. Luísa Pinto



Ninguém sabe qual será o valor económico do lítio no Tâmega

luisa.pinto@publico.pt